

PRÁTICAS FUNERÁRIAS NA ARQUEOLOGIA **Pluralidades e Patrimônio**

FUNERARY PRACTICES IN ARCHAEOLOGY **Pluralities and Heritage**

Maria Aparecida da Silva Oliveira¹
mariaaparecidasao@yahoo.com.br

1

RESUMO

Este artigo apresenta algumas considerações sobre a importância do estudo das práticas funerárias na arqueologia, com ênfase, ao final, na questão do cemitério como patrimônio. Os problemas de pesquisa relacionados com a arqueologia das práticas funerárias se esbarram com a arqueologia social dos remanescentes funerários, a bioarqueologia social, os estudos mortuários e a arqueologia da morte. Muito aquém dessas pesquisas, no Brasil, os sítios de interesse para esta área de pesquisa foram identificados na legislação federal como existentes, carecendo de demandas significativas de atividades científicas relacionadas às áreas e temas dos estudos mortuários.

Palavras-chave: Práticas funerárias, terminologia funerária, estudos mortuários, patrimônio arqueológico

¹ Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, SP.

ABSTRACT

This paper presents some considerations on the importance of the study of burial practices in archaeology, with emphasis, in the end, the question of the cemetery as equity. The research problems related to the archaeology of the funerary practices to collide with the social archaeology of funerary remains, social bioarchaeology, the mortuary studies and archaeology of death. Far short of these surveys in Brazil, sites of interest to this area of research were identified in federal law as existing, lacking significant demands of scientific activities related to the areas and issues of mortuary studies.

Keywords: Funerary practices, burial terminology, mortuary studies, archaeological heritage

ANTECEDENTES: PLURALIDADES NOS ESTUDOS DAS PRÁTICAS FUNERÁRIAS

Em primeiro lugar, este artigo apresenta as perspectivas plurais dos estudos das práticas funerárias na arqueologia sob o viés dos estudos mortuários, da arqueologia social dos remanescentes funerários, da bioarqueologia social e da arqueologia da morte. Esses grandes temas ou áreas da arqueologia foram discutidos em Mignon (1993), Gowland e Knüsel (2009), Agarwal e Glencross (2011) e Chapman, Kinnes e Randsborg (1981), alcançando pouca repercussão no Brasil. Aqui, autores como Ribeiro (2007) e Silva (2014) procuraram sintetizar essa pluralidade do estudo das práticas funerárias dentro da arqueologia. Em um segundo momento, será explicitada a situação dos sítios de interesse para os estudos das práticas funerárias no caso do Brasil.

A obtenção de informações sobre os sistemas socioculturais do passado passa necessariamente pelo estudo investigativo de antigas sepulturas humanas e está

muito intimamente relacionada aos denominados estudos bioculturais (Mignon, 1993). Nessa primeira perspectiva, a autora nos alerta que qualquer análise de remanescentes de esqueletos humanos deve sempre incluir, também, a sua orientação e disposição, os seus acompanhamentos ou oferendas funerárias, enterrados com eles, as estruturas funerárias nas quais foram depositados e isso tudo é que pode provir diversos tipos de dados sobre as culturas do passado, sobre saúde e doenças, dieta e nutrição, paleodemografia, práticas culturais (p. ex. como a deformação da cabeça e a decoração dos dentes com pedras incrustadas), assim como determinadas evidências, mesmo que fragmentárias e sob a forma de inferências, sobre a organização social, relações de atividades laborativas e crenças religiosas.

3

Segundo Mignon (1993), o estudo dos costumes funerários (*burial customs* ou *mortuary customs*) tem sido visto como uma área importante da arqueologia e da antropologia desde muito tempo. Sobre isso, recomenda a leitura de Yarrow (1891), Bushnell (1920), Macleod (1925), Kroeber (1927) e Childe (1942, 1945). A deposição intencional dos mortos tem caracterizado o comportamento dos humanos modernos (*Homo sapiens*), diferentemente das outras espécies de *Homo*. Essa deposição intencional é parte das práticas funerárias e estas são indicadoras de religião e crença na vida após a morte, constituindo o primeiro objeto de estudo dos antropólogos e arqueólogos de fins do séc. XIX. Essa crença é considerada como um dos componentes da unidade psíquica de todos os seres humanos (Bartel, 1982, apud Mignon, 1993).

Um dos primeiros arqueólogos a se dedicar ao estudo sistemático dos sepultamentos humanos foi, segundo Mignon (1993), Sir John Lubbock (1882). Ao desenvolver uma tipologia sobre as crenças religiosas, iniciando pelo ateísmo e prosseguindo até o monoteísmo, Lubbock descreveu as sepulturas que estudou em termos de *estágios* das crenças religiosas, possuindo determinados tipos e acompanhamentos funerários indicadores de crenças específicas. Foi Lubbock (1882) um dos primeiros arqueólogos a reconhecer a variação do tratamento do morto de acordo com o sexo, a idade e o status ou nível social.

Em 1900, Lubbock publicou uma análise estatística com uma série de dados mortuários conforme o estudo de 297 túmulos britânicos, incluindo a frequência do tipo de cova, orientação do corpo, acompanhamentos funerários, método de inumação e o investimento de trabalho ali representado (Lubbock, 1900 apud Mignon, 1993). Entre as décadas de 1970 e 1980 desenvolveram-se investigações sistemáticas de sepultamentos com uso de dados sociais e biológicos tratados estatisticamente (Mignon, 1993). Nesse período foram publicados os textos dos principais representantes anglo-saxões dos estudos mortuários, como Chapman, Kinnes e Randsborg (1981), Brown (1971), Tainter (1975, 1978), Goldstein (1981), Blakely e Beck (1981), Humphreys e King (1981), Parker-Pearson (1982) e Saxe (1970).

Utilizando conceitos derivados da teoria antropológica, Saxe (1970) remodelou os princípios das análises mortuárias na arqueologia contemporânea. Para Mignon

(1993), conforme essa abordagem, os papéis que um adulto desempenha na sociedade fazem parte da sua persona social. Essa sua persona multifacetada estará “refletida” no tratamento dispensado a esse indivíduo após a morte. Ainda, em sociedades igualitárias as crianças terão poucas identidades sociais quando comparadas aos adultos. Entretanto, se os arqueólogos encontram sepultamentos elaborados de crianças, indicando uma persona social típica de um adulto, poderá ser considerado que o princípio da posição social garantida pelo nascimento está presente, representando um status hierárquico elevado a uma criança de uma classe social diferenciada ou dominante (Tainter, 1978 apud Mignon, 1993).

A prerrogativa de que as práticas funerárias “refletem” a própria organização de uma sociedade e podem ser confirmadas etnograficamente encontra-se em Saxe (1970) e Binford (1971), tendo sido criticada na argumentação pseudoarqueológica de Ribeiro (2007). Essa “reflexão” está relacionada com o tratamento mortuário do cadáver que poderá variar de acordo com a idade, o sexo e o status social do mesmo. Dentro de sociedades hierarquizadas, o número de classes ou hierarquias sociais pode ser identificado pelos sepultamentos caso tratamentos mortuários diferentes deixem seus vestígios. Nesse caso, a orientação da cova, do corpo, a construção física da cova ou tumba, a posição do corpo e as formas de manipulação do mesmo após a morte possuem significância social (Mignon, 1993).

Segundo Mignon (1993), outras importantes informações sociais podem ser

obtidas pelos dados biológicos por meio do exame dos remanescentes de esqueletos. Os estudos dos esqueletos podem indicar episódios de fome, diferenças sociais no acesso aos melhores alimentos, mais nutritivos, doenças de crescimento e as suas relações com a hierarquia social, idade com a qual as crianças se tornam adultas, a expectativa de vida, nascimentos e mortes, doenças infecciosas, traumas e formas de cuidado frente a essas ocorrências na sociedade, entre outros fatores, todos relacionados aos estudos bioculturais e paleodemográficos da população em estudo.

Formas de relações inter-regionais, com trocas e comercialização podem ser verificadas pela presença de acompanhamentos funerários incomuns nos sepultamentos. Migrações podem ser verificadas também pela presença desses artefatos indicadores. Os níveis de mudança social e de complexidade tecnológica podem ser estudados. Determinados tratamentos mortuários especiais podem estar relacionados a determinadas classes ou categorias de indivíduos, como as mulheres ou as crianças (Mignon, 1993), que podem receber tratamentos diferentes em muitas culturas arqueológicas. Segundo essa autora,

Changes in burial practices are also revealing, since these usually reflect change in other aspects of society as well, including ideological and economic changes. The application of multivariate statistical techniques to the analysis of mortuary data continues to produce new insights into prehistoric society and behavior, contributing to a growing body of understandings of vanished lifeways (Mignon, 1993, p. 206).

A identificação de mudanças nas práticas de sepultamento podem indicar mudanças nos aspectos ideológicos e econômicos da sociedade. Para Mignon (1993), a aplicação de técnicas de estatística multivariada para a análise dos dados mortuários continua a produzir novos insights sobre a sociedade e o comportamento pré-histórico, contribuindo para o aumento da compreensão dos estilos de vida de populações do passado.

Mas a morte, como fenômeno universal, constitui uma condição natural dos seres vivos e nesse contexto humano passa a constituir um rito de passagem, assim como o nascimento e o casamento, dentro de muitas sociedades. Nessa perspectiva antropológica, está em observação o contexto de vida ou sistêmico das populações e indivíduos que as compõem. Na perspectiva arqueológica, a observação refere-se ao contexto de campo e isso restringe ou delimita a compreensão de fenômenos sociais que ocorreram no passado, necessitando de novas diretrizes de pesquisa. Nesse campo, uma arqueologia social dos remanescentes funerários – não somente dos ossos – se faz presente. Entretanto, o padrão intrínseco da preservação dos esqueletos humanos escavados nos sítios arqueológicos possui influência na interpretação dos comportamentos funerários (Gowland e Knüsel, 2009).

A preocupação com o contexto arqueológico da deposição funerária pode ser evidenciada na proposta de Duday (2009) e em Duday (2009 apud Gowland e Knüsel, 2009). Na abordagem da arqueologia social com ênfase nos vestígios

funerários inclui temas plurais relacionados a preservação dos remanescentes humanos e a sua influência na interpretação das práticas funerárias; os padrões na prática de sepultamento do *Homo sapiens*; a arqueotanatologia e a sua relação com a arqueologia da morte; os estudos de tafonomia e a sua influência na interpretação dos rituais funerários; a presença da cremação e o seu significado enquanto prática funerária; os acompanhamentos funerários e a presença de animais; os estudos isotópicos relacionados ao estudo da variação dietária, diferenciação social e migrações; o estudo das evidências funerárias e a sua relação com as idades; as evidências funerárias – e osteológicas - e a sua contribuição para o estudo do gênero; remanescentes funerários e o estilo de vida monástica; os remanescentes funerários e a sua relação com os eventos de doenças; os remanescentes funerários e a sua importância na compreensão dos contextos de violência; a fragmentação dos ossos e a sua relação com ritos de canibalização e correlatos; os ossos e as assinaturas de modificação corporal durante a vida (as deformações intencionais de caráter estético); as representações do morto e da morte em uma imaginária do outro mundo.

8

Existe uma distinção entre práticas mortuárias e práticas funerárias? Preliminarmente, o mesmo ocorre entre a Arqueologia da Morte e a Arqueologia Funerária. Tratam dos mesmos significados? Caracterizam um não problema conceitual? A Arqueologia da Morte, similarmente a Antropologia da Morte e a História da Morte, tratam das representações e respostas humanas ao fenômeno morte, nas perspectivas sincrônicas e diacrônicas, na história humana de curta ou

de longa duração. Isso significa que uma Arqueologia da Morte pode abordar desde as práticas culturais e simbolismos expressos nos objetos de cultura material de natureza funerária, até (conjuntamente com) as características biofísicas dos corpos dos mortos manipulados pelos vivos. Mas essa Arqueologia da Morte pode tratar de casos nos quais a manipulação do corpo morto não está envolvida em um ciclo funerário, como nos casos de valas coletivas de epidemias, guerras, homicídios com ocultação de cadáveres, sacrifícios, suicídios, entre outros contextos sem a participação de rituais funerários e práticas a eles subordinadas. Uma Arqueologia funerária, porção específica da Arqueologia da Morte, apresenta objetivos focados nos remanescentes de práticas funerárias associadas a ciclos funerários específicos, onde a simbologização dos objetos e do corpo demandam rituais de passagem ligados ao fenômeno da morte, em seus variados aspectos (a morte natural, morte violenta, morte por doença, a morte por suicídio, a *boa morte*, entre outros). *Cemitérios* e campos de extermínio e ocultação de cadáveres, simultaneamente, por exemplo, são objetos de estudo da ampla Arqueologia da Morte, enquanto que a Arqueologia funerária se ocupa exclusivamente dos *cemitérios* e seus correlatos não ocidentais.

A distinção entre os termos-conceitos *cemitério* e outros, como espaços – e a própria ideia ou ideologia social sobre esses espaços de morte – podem ser discriminados na arqueologia conforme a presença de um elemento determinante: o ciclo funerário (Weiss-Krejci, 2011), ou programa funerário, práticas funerárias, rituais funerários, ou um conjunto de práticas que estejam relacionadas com a

simbologização – no âmbito da produção da cultura (White e Dillingham, 2009) - da morte e do morto. A proposição aqui, relativa ao contexto arqueológico de espaços com presença de remanescentes humanos de natureza orgânica – visto que um artefato e um ecofato ou biofato podem ser indícios da presença humana em dada paisagem geográfica – está relacionada com o conhecimento científico sobre a presença ou a ausência desse elemento determinante (o ciclo funerário ou designações correlacionadas, que envolvam a presença de práticas funerárias). Nessa perspectiva, um sistema sociocultural no tempo-espaço se manifesta – ou estabelece respostas ao fenômeno *morte* – diante da morte, diante do morto ou diante do corpo (fenômenos imateriais e materiais). Inicialmente considera-se a hipótese da presença (a), da ausência (b), e da presença e ausência (c) do *ciclo funerário* como processo predominante de formação do registro arqueológico. Abaixo uma proposição dos espaços arqueológicos com presença de remanescentes humanos, considerando essas duas hipóteses:

a) Para a hipótese (a): existe um espaço mortuário (que é de natureza ou origem cultural) que demanda a existência primeira do ciclo funerário, originando, portanto um espaço que pode ser denominado *espaço funerário*. Este é construído a partir de respostas imateriais e materiais humanas diante do fenômeno da morte. São exemplos desse tipo de espaço os cemitérios (intra ou extra-muros, criptas mortuárias em construções religiosas, capelas isoladas com sepulturas, ossuários individuais e coletivos. Os *cemitérios* dentro de instituições totais (hospitais, quartéis, fortes, igrejas) nesse caso, podem incluir eventos com demanda intensa

de inumações resultante de endemias e epidemias, guerras e outros eventos como os de origem natural – catástrofes. A simbologização da morte predomina sobre as práticas higienizantes, resultado de uma ideologia específica sobre a morte de caráter simbólico. A ideologia funerária, no sentido da presença de um rol de práticas próprias dos ciclos funerários construídos pela humanidade, cria o morto e a *morte*, os mundos além-túmulo, conforme as origens paleolíticas dos sepultamentos humanos (Pettitt, 2014) e os estudos de historiadores franceses sobre a morte (Silva, 2014);

Para a hipótese (b): existe um espaço mortuário, também de natureza cultural, mas que não demanda a existência primeira do ciclo funerário. Nesse caso, esse espaço pode ser denominado de espaço não funerário (fora do ciclo funerário, segundo Weiss-Krejci, 2011). Inclui as valas de descarte nos *mercados da carne* (venda de escravos recém-chegados da África em negociações de tráfico *lícito* ou ilícito de seres humanos nos sécs. XVI ao XIX, caracterizado por um tipo de movimento de diáspora dentro do sistema colonial e do sistema de *plantation* na América), representativos dos litorais de Pernambuco (Porto de Galinhas, Porto de Recife), Bahia e Rio de Janeiro (Cais do Valongo), por exemplo. Absolutamente destituídos de relação com quaisquer tipos de ciclos funerários, estes espaços são próprios de descarte e eliminação de restos, dejetos ou detritos indesejáveis, incluindo corpos humanos não comercializados dentro do sistema escravista após o séc. XVI. Incluem-se nesses tipos de espaços não funerários, também, as fossas ou valas comuns com remanescentes humanos resultantes de processos de

ocultação intencional de práticas de homicídio/genocídio socialmente não legalizadas ou não aceitas (p.ex. crimes de guerra, “terrorismo” de estado). Estes últimos relacionam-se a sistemas ou regimes autoritários e/ou escravocratas. Também, com o advento de práticas higienistas em diversos momentos históricos, esses espaços decorrem dos riscos à sobrevivência social como um todo, onde o descarte do morto possui um significado de higienização e proteção dos vivos, dissociado de ideologias contidas nos ciclos funerários e do cuidado com o morto. O corpo é o objeto principal nesse processo, estando ausentes a preocupação com a morte e o morto enquanto sujeito dentro de programas funerários específicos de cada sociedade. Inexiste a simbologização da morte nos sentidos próprios daqueles estabelecidos nos ciclos funerários (simbólicos-religiosos). A presença do *corpo-descarte* caracteriza-se pela higienização, ocultação, descarte e acaso em relação ao corpo humano: trata-se do corpo do escravo morto, não vendido ou acidentado no engenho; do corpo do *empestado*, *leproso*, *tuberculoso*, *alienado* e do *sifilítico*; do corpo do *judeu* dos guetos, dos *prisioneiros*, de *vítimas sacrificiais*, *vítimas de homicídio*, entre outros *desclassificados-indesejáveis*. As deposições mortuárias, nesses casos, resultam em enterramentos “higiênicos”, nas suas variadas acepções socioculturais e ideológicas;

c) Para a hipótese c): o espaço de deposição dos corpos humanos é funerário e não funerário simultaneamente. Nos cemitérios, em momentos de endemias e epidemias, acabam se tornando espaços de intensa demanda de inumações, muitas vezes coletivas, com ou sem ações derivadas dos ciclos funerários. As inumações

e cremações *funerárias e higiênicas*, resultantes de eventos de intensa demanda de *sepultamentos- enterramentos higiênicos*. Neste caso, essas deposições mortuárias apresentam caráter misto, com ciclo funerário, mas subordinadas à sobrevivência da comunidade dos vivos. Os espaços funerários em sua variabilidade, ainda podem conter tanto deposições funerárias, quanto deposições higiênicas ou não funerárias, simultaneamente, servido tanto de espaços para rituais e práticas do ciclo funerário, quanto de espaços de ocultação de *personas indesejáveis, perseguidos e mortos de regimes políticos totalitários e genocidas*, entre outros sistemas. A simbologização da morte (ciclo funerário) ocorre simultaneamente a higienização do morto e ao descarte do corpo. A ideologia funerária também abarca o *corpo-descarte* e as práticas não funerárias derivadas de eventos de violência e agressão humanas, de patógenos e do medo humano e suas respostas diante do fenômeno da morte.

Estas três hipóteses propostas neste artigo, procuraram iniciar uma discussão sobre a denominação das áreas com presença de remanescentes humanos na arqueologia. A presença de remanescentes de corpos humanos no registro arqueológico sempre demanda atenção especial dos arqueólogos e a constante revisão e adequação de terminologias funerárias e conceitos mais adequados para cada caso e explicação de fenômenos relacionados. A *Bioarqueologia*, os *estudos bioculturais* e as *análises mortuárias* (Mignon, 1993) constituem lugares da produção do conhecimento científico na Arqueologia correlacionáveis entre si. A bioarqueologia e a arqueologia da morte tratam de temas transversais e

convergentes de forma simultânea, considerando que a *Bioarchaeology* constitui um *guarda-chuva paradigmático* de amplo alcance, que subordina de forma multidisciplinar várias áreas do conhecimento sobre a morte, o corpo humano e os modos de vida no passado, para além da Antropologia da Morte, da Arqueologia da Morte e da História da Morte; como também para além da Arqueologia do Corpo, da Antropologia do Corpo e da História do Corpo e seus correlatos em relação as doenças, infância, gênero e sexualidade, advindas das abordagens pós-processualistas integradas entre as ciências biológicas e sociais a partir dos anos 1950, pelo menos. Estas possuem caráter crítico e de desconstrução reconstrutiva de conceitos, teorias e paradigmas *monolitizados* ou *indestrutivelmente estáticos e hegemônicos e heteronormativos*. Evidentemente, há de se considerar que a *Bioarchaeology* e suas variâncias são de mesma natureza, predominantemente hegemônicas e *flexivelmente estáticas*, igualmente *heteronormativas*.

14

Estes temas são recorrentes na produção arqueológica mundial referente ao estudo das práticas funerárias já na segunda década do séc. XXI, especificamente vinculados à Bioarqueologia social (Agarwal e Glencross (2011). Trata-se, atualmente de rever as origens das dimensões bioculturais dentro da Bioarqueologia, recuperando a ética e a profissionalização do bioarqueólogo, por exemplo. Torna-se evidente o predomínio da inserção teórica e metodológica advinda das ciências biológicas dentro da arqueologia. Uma sociobiologia se interpõe como mecanismo teórico de produção do conhecimento arqueológico quando o problema está na interpretação dos remanescentes funerários, especialmente os remanescentes humanos.

Uma explicação metódica foi feita por Weiss-Krejci (2011, p. 69) sobre como os depósitos mortuários se formam e quais as suas implicações para a compreensão do comportamento mortuário de populações do passado. Essa autora construiu um modelo mostrando os possíveis processos de formação do depósito arqueológico com a morte do indivíduo até a sua descoberta por um arqueólogo. A porção funerária, denominada de *Ciclo Funerário* pela autora, constitui apenas uma fração do todo, que envolve outros processos como os *processos de formação pós-funerários*. É evidente que Weiss-Krejci adotou os processos naturais e culturais que criam os contextos arqueológicos conforme Schiffer (1987). Essa preocupação tem sido mais notada nas pesquisas arqueológicas atuais em sítios cemitérios ou com remanescentes humanos, como se verifica em Py-Daniel (2015) e Strauss (2010), no âmbito da pré-história brasileira e em Souza (2011) em arqueologia clássica, todos no caso do Brasil.

O modelo esquemático de Weiss-Krejci (2011) apresenta a morte, dada pelas suas causas, quais sejam a natural, a violenta e a acidental, seguida de um ciclo funerário tradicional, dois processos de formação (pós-funerário e não-funerário) e a descoberta dos remanescentes pelo arqueólogo. Em todo o percurso ocorre a morte biológica, seguida da morte social.

A incorporação de informações contextuais arqueológicas foi um fato central no estudo das práticas mortuárias por muito tempo, conforme criticam Agarwal e Glencross (2011). Entretanto, com o desenvolvimento da ciência bioarqueológica,

estudos mais recentes enfatizam a compreensão dos estilos de vida no passado baseada na consideração simultânea de fontes de dados arqueológicos, históricos, etnográficos junto com as análises dos esqueletos. Atualmente interessa a integração dos elementos das pesquisas social, ecológica, comportamental e biológica no estudo das práticas mortuárias. O termo práticas mortuárias, nessa perspectiva, representa uma abertura do termo práticas funerárias, pois inclui os contextos não funerários descritos por Weiss-Krejci (2011), situados fora do ciclo funerário tradicional e que estão representados pelos sacrifícios, canibalização, deposições impróprias ou anômalas, covas criminosas, suicídios com perda e abandono dos corpos, entre outros.

As coleções de esqueletos acondicionadas nas reservas técnicas dos museus e institutos de pesquisa são postas em perspectiva de verificação dos aspectos tafonomicos e de metodologia de estudo bioarqueológico. O estado de preservação dos remanescentes ósseos das deposições funerárias pode resultar em pesquisas tendenciosas ou com pouca confiabilidade quando os métodos não são adequados aquele indivíduo ou população (Jackes, 2011).

Recentes desenvolvimentos na bioarqueologia das identidades sociais podem ser encontrados em resumos no trabalho de Knudson e Stojanowski (2008). Nesse viés, Hollimon (2011) retomou os problemas teóricos, metodológicos e interpretação na pesquisa bioarqueológica de sexo e gênero. Para ela, gênero é somente mais um dos muitos eixos da identidade que pode estar envolvido na

construção da personalidade (*personhood*). Os corpos sexuados e/ou com atribuição de gênero são simultaneamente construções combinadas de idade, classe e status social e ancestralidade (Hollimon, 2011). Temas que relacionam saúde e doença tem sido mais recorrentes nas análises mortuárias, constituindo sexo e gênero, uma pequena parcela dessa bioarqueologia com pouco envolvimento da orientação feminista. A arqueologia, tradicionalmente falocrática, oferece resistência às perspectivas pluralistas da bioarqueologia teórica de orientação feminista.

Segundo Hollimon (2011), a América Central e do Sul (região andina e do litoral do Pacífico) têm representado uma região com uma história relativamente longa das análises mortuárias que consideram o problema do gênero. Para ela, os maiores temas de pesquisa estão voltados as análises mortuárias em si; as divisões de trabalho e especialização ocupacional; as modificações intencionais do corpo; saúde e doença; análises de isótopos estáveis; violência, vida militar e guerra. Futuros temas de pesquisa incluem o uso da teoria *queer* (Dowson, 2000; Geller, 2005).

Para Zakrzewski (2011), os estudos arqueológicos de identidade, para o reconhecimento e identificação de populações e grupos, têm compreendido análises de etnicidade, gênero, idade, podendo incluir classe e status social, sexualidade e religião. Esses e outros estudos de identidade são integrados dentro da Bioarqueologia. Os estudos bioarqueológicos de populações escravizadas,

forçadas a prover trabalho durante projetos coloniais e de construção das nações europeias na América, permitem uma crítica fundamentada cientificamente sobre a construção da desigualdade e a viva interpenetração das realidades socioculturais, econômicas, políticas e biológicas. Segundo Barret e Blakey (2011), a expansão colonial europeia envolveu movimentos voluntários e involuntários de pessoas, mudanças nas relações políticas, econômicas e sociais, onde foram estabelecidas relações comerciais e assentamentos. Essas populações mudaram por migrações forçadas ou voluntárias, conflitos violentos e ampliando sua exposição aos novos ambientes, envolvendo a introdução de grande variedade de doenças, comprometendo os padrões de saúde considerados normais à época e aumentando a morbidade/mortalidade. Essa bioarqueologia está voltada aos estudos das diásporas africanas e da pessoa humana reduzida a peça ou objeto a ser comercializado, usado ao extremo absoluto da resistência corporal e psíquica e descartado nas valas de lixo, nos rios e mares; e eventualmente em “cemitérios de escravos”, espaços funerários específicos, gerenciados por irmandades religiosas, em áreas de engenhos ou em capelas dentro de igrejas e outras construções religiosas.

A relação entre identidade e saúde representa outro tema de pesquisa dentro dos estudos da bioarqueologia social, centrada na análise dos sepultamentos humanos. A lepra e a tuberculose são duas doenças relacionadas à saúde e a identidade, mediante a sua percepção, estigmatização, diagnose e tratamento nas sociedades afetadas. A esse respeito, Roberts (2011) realizou um breve estudo comparativo

sobre o contágio, percepção, estigma, diagnose e tratamento da hanseníase e da tuberculose sob o viés da bioarqueologia, isto é, pelo estudo das marcas dessas doenças nos ossos de coleções arqueológicas da Idade Média inglesa.

O cálculo e a estimativa da idade nos estudos da bioarqueologia social representam um eixo crítico no estudo dos remanescentes humanos. Para Sofaer (2011, p. 285), a estimativa da idade biológica apurada de esqueletos humanos de procedência arqueológica é importante para os estudos demográficos, sobre crescimento humano e patologias. Para focar a idade, a bioarqueologia participa com outras disciplinas como a filosofia, psicologia, antropologia e a sociologia. Como os indivíduos crescem, amadurecem e envelhecem, mudanças deixam suas marcas no corpo físico com o passar do tempo. São mudanças na estatura, no desenvolvimento das características sexuais secundárias, no aparecimento dos primeiros cabelos brancos, rugas de envelhecimento na face e nas capacidades físicas e mentais. Ainda, segundo Sofaer (2011), essas transformações e diferenças criadas entre os corpos tem sido investigadas como significantes de mudança de identidade social individual, assim como as respostas culturais mais amplas diante dessas transformações. Sofaer (2011) observa a presença de um modelo tripartido nos estudos bioarqueológicos no qual o conceito de idade é analisado de três formas distintas mas relacionadas. O primeiro significado de idade é fisiológico ou idade biológica, relativa à idade física do corpo e identificada através da sequência das mudanças físicas associadas com o crescimento, maturação e envelhecimento humano. O segundo significado de

idade é a idade cronológica e se refere ao tempo em semanas, meses ou anos. A construção de uma relação entre a idade cronológica e a idade fisiológica é crítica. O terceiro significado de idade é o de idade social: esta é culturalmente construída, compreendendo o que constitui a idade apropriada por atitudes e comportamento. A relação entre idade cronológica e idade social é um importante caminho para buscar a interpretação de dados em termos de identidade social, permitindo a identificação de padrões de disposição dos artefatos junto dos corpos e idade (Sofaer, 2011). Ainda, a autora distingue a idade biológica da fisiológica no seguinte sentido: a idade fisiológica se estabelece pela sequência das mudanças físicas associadas com o crescimento, maturação e envelhecimento humano; a idade biológica é usada na medicina para descrever o déficit entre a expectativa média de vida de uma população e a expectativa de vida de um indivíduo de mesma idade cronológica (Sofaer, 2011, p. 288).

20

Desse modo, torna-se importante distinguir os diferentes “tipos “ de idade, a saber: idade biológica ou fisiológica (inclui o esqueleto e os dentes e é estimada pelas mudanças biológicas que ocorrem no corpo); a idade cronológica (o tempo contado desde o nascimento); e a idade social (é culturalmente construída de acordo com normas de comportamentos apropriados e status dos indivíduos para determinadas idades dentro da sociedade (Halcrow e Tayles, 2011).

Aspectos paleopatológicos dos esqueletos encontrados em sepultamentos podem representar lesões no esqueleto que envolvem deformação, deslocamentos, cortes,

esmagamentos e fraturas de ossos, juntas ou dentes mediante cargas ou ambientes desfavoráveis. Essas lesões constituem únicos recursos de dados biológicos que, combinados com outras informações contextuais, passam a ter a habilidade de trazer significantes contribuições para a compreensão da identidade social, idade cultural e ações sociais (Glencross, 2011).

Os métodos da bioarqueologia social no estudo dos subadultos (ou não adultos, caracterizados pela presença de traços de desenvolvimento do esqueleto, como dentes em formação e inclusos e núcleos secundários de ossificação ainda não completamente fusionados, excetuando-se as anomalias como a craniossinostose ou correlatas) incluem a análise da mortalidade, crescimento, interrupção do crescimento, patologias e traumas. São empregados os indicadores não específicos de estresse; os padrões paleodemográficos e de mortalidade; crescimento longitudinal e oposicional; interrupção do crescimento dentário; patologias do esqueleto. O estudo de dieta e práticas dietárias relativas à infância inclui o estudo dos isótopos estáveis (Carbono e Nitrogênio), doença e saúde dentária, traumas, marcas de estresse no esqueleto. A interpretação osteológica das crianças inclui a definição e identificação da idade social (a criança social), segundo Halcrow e Tayles (2011).

O último tema ou área da arqueologia a ser revisitada neste artigo é a da arqueologia da morte (Chapman e Randsborg, 1981). A morte lembrada por Chapman e Randsborg (1981) é universal e gera reações significantes e expressivas:

O que poderia ser mais universal do que a morte? Contudo, evoca uma incrível variedade de respostas. Cadáveres são queimados ou enterrados, com ou sem sacrifício humano ou animal; eles são preservados pelo tabaco, embalsamamento ou salmoura; eles são consumidos - crus, cozidos ou podres; eles estão ritualmente expostos como carniça ou simplesmente abandonados; ou eles são desmembrados e tratados em uma variedade de formas. Os funerais são a ocasião para evitar as pessoas ou para a realização de festas, para o combate ou orgias sexuais, para chorar ou rir, em mil diferentes combinações. A diversidade de reações culturais é uma medida do impacto universal da morte. Não se trata de uma reação aleatória; sempre é significativa e expressiva.(Huntington e Metcalf, 1979, p. 1 *apud* Chapman e Randsborg, 1981, p. 1, tradução nossa)

Segundo Chapman e Randsborg (1981), a *arqueologia da morte*, que não é uma área nova, denota que existe um interesse evidente pelas práticas mortuárias de culturas humanas do passado na arqueologia desde os seus princípios até o seu presente status disciplinar. A própria arqueologia da morte possui diferentes abordagens e na década de 1980, estava focada na questão da dimensão social da prática funerária. Nesse período, ainda era dada pouca atenção aos processos de formação e transformação do registro arqueológico, a inadequada abordagem do simbolismo; a relativa negligência das características espaciais na localização das áreas com deposições funerárias; e a ausência de uma perspectiva regional na análise das práticas mortuárias. Ainda está presente a falta de testes formais de hipóteses derivadas de contextos etnográficos. Os campos da *paleodemografia*, *paleopatologia* e análises de dieta devem ser revisitados. Devido ao estímulo dado pela *new archaeology* à pesquisa holística, ecossistêmica, a antropologia física foi

integrada mais formalmente dentro das análises das práticas mortuárias. O resultado dessa integração e o desenvolvimento de técnicas de análise de esqueletos compreendem o mais excitante e estimulante caminho do trabalho interdisciplinar (Chapman e Randsborg, 1981). Essa arqueologia da morte compreende o estudo do comportamento mortuário e o seu uso como base para a reconstrução de uma organização social do passado. Para O'Shea (1981), o desenvolvimento da teoria arqueológica, com as tentativas de correlacionar a configuração social de uma sociedade com suas práticas de depositar os mortos, comporta uma ampla base antropológica: com uma terminologia, uso da linguística, teste de casos pela etnografia comparativa e de analogia.

23

O CEMITÉRIO-PATRIMÔNIO NO BRASIL

No caso do Brasil, a Constituição Federal de 1988 considera, no art. 216, que são patrimônio cultural brasileiro aqueles bens de natureza material e imaterial, individualmente ou em conjunto, que são portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira e que incluem, entre outros, os sítios de valor histórico, *arqueológico*, paleontológico e científico. Na Lei Federal n. 3.924 de 26 de julho de 1961, art. 2º, a) considera monumentos arqueológicos ou pré-históricos, entre outros, os *poços sepulcrais*, que representam testemunhos de cultura dos *paleoameríndios* do Brasil. No mesmo artigo, c), os sítios identificados como *cemitérios*, *sepulturas*, entre outros, nos quais se encontrem *vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico*. As referências aos sítios de interesse dos estudos sobre as

práticas funerárias estão presentes de modo genérico e inespecífico no art. 216 da Constituição Federal de 1988 (sítios de valor histórico e de valor arqueológico, portadores de referência à identidade e memória dos grupos formadores da sociedade brasileira) e de modo específico no art. 2º, c) da Lei Federal n. 3.924 de 1961: os poços sepulcrais, os cemitérios e sepulturas com vestígios humanos de interesse arqueológico e paleoetnográfico (Bastos e Souza, 2010).

Nesse aspecto, estão classificados como monumentos arqueológicos os sítios pré-históricos de interesse direto dos estudos mortuários *underground*, cuja produção científica está em relativo crescimento no Brasil.

Ainda, são poucos os cemitérios históricos tombados no Brasil. Na listagem disponibilizada pelo IPHAN², estão o Reservatório de Mocó, em Manaus, AM; o conjunto arquitetônico e paisagístico de Mucugê, BA; o conjunto arquitetônico e paisagístico de Porto Seguro, BA; os túmulos do Dr. Peter Wilhen Lund, Peter Andreas Brandt, Wilhelm Behrens, Johann Rudolph Müller e cemitério, em Lagoa Santa, MG; o Cemitério de Nossa Senhora da Soledade: conjunto paisagístico, em Belém, PA; Cemitério do Batalhão, em Campo Maior, PI; Convento e Igreja de Nossa Senhora dos Anjos, Capela e Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco, Cabo Frio, RJ; a Capela e Cemitério de Maruí, Niterói, RJ; Igreja de São Francisco da Penitência, Cemitério e Museu de Arte Sacra: acervo, no Rio de Janeiro, RJ; o conjunto paisagístico e urbanístico de Vassouras, RJ; Portão do

2 Ver Cemitérios tombados (<http://www.iphan.gov.br/ans/>), acesso em 20/12/2017.

Cemitério de Arês, RN; e o Cemitério Protestante, Joinville, SC. Outros aspectos que relacionem legalmente os cemitérios no âmbito da arqueologia histórica ainda são inexistentes nas normas e gerenciamento do patrimônio arqueológico brasileiro. As pesquisas se dão durante intervenções de reformas e salvamentos, vinculadas a uma arqueologia funerária *aboveground*, com foco na arquitetura e arte tumular. São necessários estudos terminológicos para a definição comum – com variâncias esperadas – para a construção de descritores dos dados qualitativos dos artefatos, ecofatos/biofatos relacionados aos contextos mortuários na Arqueologia, em especial para auxiliar no gerenciamento de normas para lidar com casos de escavação de cemitérios, espaços não funerários e achados fortuitos - “indesejáveis” - em grandes e pequenos empreendimentos, em questões políticas e de Direitos Humanos e nas pesquisas básicas e aplicadas em arqueologia, no caso brasileiro.

25

SUGESTÃO DE UMA TERMINOLOGIA FUNERÁRIA EM ARQUEOLOGIA HISTÓRICA

A seguir, foram sugeridas 15 terminologias para auxiliar na identificação de espaços funerários na Arqueologia Histórica:

Túmulo: (lat. *tumulus, tumuli*) é monumento elevado em memória de alguém, no lugar onde ele está sepultado. Monte de terra; cúmulo, construção de pedra, em forma de cone, de tronco de cone, de pirâmide ou simples montículo, que os antigos levantavam sobre as sepulturas. Em Portugal, por exemplo, desde o séc.

XII ao XVIII, existem túmulos de grande importância arquitetônica, nos estilos românico, de transição, gótico, flamengo, renascentista e D. João V. Trata-se de estrutura funerária positiva, elevada acima do nível do substrato ou no mesmo nível deste. É sinônimo de sepulcro, sepultura, tumba, mausoléu, catafalco. Para Tânia de Andrade Lima (1994), por túmulo entende-se:

[...] o jazigo onde foram realizados um ou mais sepultamentos primários, ou seja, onde foram dispostos os corpos articulados de um ou mais indivíduos, em posição distendida, normalmente em caixões. Do ponto de vista da forma, essas sepulturas são alongadas, de modo a comportar um corpo deitado (Lima, 1994, p. 96).

Túmulo-epitáfio: uma pequena placa de aproximadamente 20 a 30cm x 40 a 50cm, coberta por inscrições. É um tipo antigo de túmulo, abertos nos muros externos e internos das igrejas. Trata-se de um *loculus* onde eram depositados os ossos de um cadáver, após transferência da primeira sepultura provisória. Eram construídos na Europa dos sécs. XII ao fim do XVIII, fixados sobre os muros, pilares das igrejas, das capelas, das galerias dos carneiros. Outros tipos morfológicos de túmulos são o vertical e mural e o outro, horizontal, estendido no chão.

Túmulo vertical e mural: é um sarcófago, normalmente reutilizável, sem inscrições ou retratos, colocado contra o muro. Apenas três das quatro faces eram decoradas. Sobre o sarcófago, uma inscrição. Ambos, sarcófago e inscrição, eram colocados sob um arco (*arcosolium*). O *túmulo-oratório* representa sarcófagos ou túmulos unidos ao altar. Os túmulos verticais prestavam-se à monumentalidade. As tumbas constituem pequenas construções para os restos dos defuntos, com

paredes, teto e porta (vedada ou aberta); pode ser construída parcialmente ou inteiramente no subsolo dentro de um cemitério, de uma igreja ou em sua cripta. Os mausoléus são tumbas de médias ou grandes proporções, podendo ser, também, uma estrutura formada por criptas contendo tumbas. Trata-se de estrutura funerária positiva, elevada acima do nível do substrato e unida a um piso e parede simultaneamente, predominantemente vertical e mural.

Túmulo horizontal em chão raso: é um tipo de túmulo medieval e moderno, horizontal, encaixado ao rés-do-chão, fechado por uma simples lápide de pedra retangular plana, cujas dimensões são variáveis, mas em geral correspondem às do corpo humano, raramente maiores. São designadas por *tumulus*, *monumentum*, *memória*, *sarceu* e depois são chamadas *lame* (lâmina), *cova*, *tumba* ou *tumba rasa*. Trata-se de estrutura funerária inserida em substrato (piso), no mesmo nível deste e horizontal, fechando ou delimitando uma cova ou túmulo.

Tumba: segundo Ariès (1981, v.1, p. 254), esse termo foi tomado do grego no sentido de *tumulus*. Foi empregado sob a forma latina no séc. V. O termo é encontrado em várias línguas desde a Idade Média européia: *tombe*, *tumb*, *tomba*. É sinônimo de *túmulo*, *sepultura*, *jazigo*, de *esquife*, *ataúde*, *féretro* e *caixão*.

Lâmina ou lápide: é a pedra (*pierre sépulcrale*) ou *lápide tumular* que recobre a *tumba* e a *cova* onde o corpo foi depositado. Esse tipo de *túmulo* implica no enterramento (técnica de inumação na terra) do corpo sob o solo, diferentemente

do *ensarcophagement*. É raro, segundo Ariès (1981), que a *lápide* coincida com o lugar exato da cova onde o corpo foi realmente enterrado. Mas não importa. Ela é parte do *lajedo*, confundindo-se com o chão, de que é parte estrutural. Separa o “mundo de cima” do “mundo de baixo”, segundo este historiador.

Lápide (lat. *lapis, lapidis*) é uma *laje* que cobre o *túmulo*.

Capela funerária: Termo encontrado em Leicht (1965, p. 292 e 296), como ampliação do *arcosilium*, compartimento maior nas *catacumbas* romanas, empregado como local de devoção nas *sepulturas* dos mártires e bispos; como *capela tumular*, um tipo de dependência menor de uma igreja paroquial no Ocidente, assim como a *capela batismal*, construções de forma arredondada. No Mosteiro da Luz, construção eclética do séc. XVIII-XIX do centro da cidade de São Paulo, SP, a *capela mortuária* mais antiga, interna, está voltada para o claustro e para o pátio interno (com *impluvium* e *atrium*). Possui janelas, porta, altar central para missas, arco, *carneiros* (*túmulos verticais*), *covas de chão* (*túmulos horizontais*) e possível *ossário* ou *ossuário mural*. A *capela funerária* mais recente, com porta e telhado, contém 4 *túmulos* (*jazigos*), com 6 *gavetas* ou *nichos funerários* cada, dois conjuntos de *ossuários individuais* nas paredes laterais, um altar central, para missas, um *túmulo vertical e mural* (*sarcófago*) da Irmã Oliva e um local de descarte do *ossuário individual* denominado *ossuário coletivo* (*ossuária*), sob laje, do lado direito do altar.

Carneiro: (lat. *carnarium*) é um *ossário*, *jazigo*, *sepulcro*. Pode denominar um subterrâneo onde se depositam corpos embalsamados. Forma de inumação (técnica de deposição funerária), normalmente temporária, em *nicho funerário* que resultava no transporte e alojamento dos restos esqueléticos do corpo em um *ossuário* (individual ou coletivo).

Catacumba (it. *catacomba*) subterrâneo onde se sepultavam os mortos. As catacumbas mais conhecidas, que na sua origem eram apenas pedreiras abandonadas, são as de Roma, Nápoles, Syracuse e Paris. As catacumbas de

[...] Roma tornaram-se célebres por terem servido de refúgio aos cristãos, na época das perseguições; mas não é de crer que os perseguidos ahi se escondessem por muito tempo ou em grande número e muito menos que lá vivessem, porque a falta de ventilação bastaria para os impossibilitar d'isso. Na realidade, as catacumbas facultavam aos cristãos um meio, não precisamente de dissimular as suas sepulturas, mas de afastar d'ellas a atenção pública, e também de celebrar em segredo os ritos fúnebres religiosos, porque a religião christã prescrevia aos seus adeptos que enterrassem os mortos e não os queimassem, como faziam os pagãos [...] . Quanto às catacumbas de Paris, são antigas pedreiras exploradas, que tiveram fortuitamente um destino idêntico às de Roma, pois resolveu-se de 1781 a 1788, transportar para alli as ossadas provenientes dos cemitérios abandonados da cidade (Grave, Netto, s.d. v. 1, p. 496).

Por outro lado, Bazin (1961) nos descreve as catacumbas em detalhes:

[...] catacumbas, cementerios excavados por los cristianos durante su existencia clandestina, del siglo I al III, em el subsuelo calcáreo de la propia Roma. Em las paredes de largos

corredores (ambulacra), que constituyen verdaderas ciudades subterráneas, se superponen las sepulturas (loculi), cerradas por una losa sobre la cual figura el nombre del muerto. De vez en cuando una tumba más importante, de forma abovedada (arcosolium), corresponde a algún notable o mártir. Ciertos ensanches, em uma galeria com arcosolia, constituyen a modo de capillas funerárias (cubicula) (Bazin, 1961, p. 110-111).

O hábito de sepultamento em catacumbas existia em Roma mesmo antes do cristianismo. As catacumbas ofereciam espaço tanto aos pagãos quanto aos cristãos. Para Leicht (1965),

[...] O esqueleto arquitetônico das necrópoles subterráneas, na sua maioria instaladas fora das cidades, é constituído por galerias cruzadas, os *cuniculi*, cavados na terra, tendo três a quatro metros de altura e meio a um metro de largura. Exíguas clarabóias, as luminárias, proporcionavam arejamento e fraca iluminação. Quando se fazia necessário, cavavam-se novas galerias sob as já existentes. Formaram-se assim com o correr do tempo vários andares sobrepostos. Encontram-se também com frequência galerias mais recentes que atravessam antigas sepulturas. Os mortos descansavam em câmaras tumulares, *cubicula*, cujas aberturas retangulares [...] eram fechadas por placas de mármore. Inscrições nessas placas indicavam os nomes dos mortos, quando não eram substituídos por símbolos. Se havia falta de espaço, abriam-se as câmaras nas paredes, em sentido transversal às galerias e não em sentido longitudinal, paralelas às galerias; daí resultavam aberturas consideravelmente menores em frente a espaços cavados correspondentemente mais fundos. Em frente às sepulturas dos bispos e mártires as galerias eram alargadas, formando compartimentos maiores, sendo esses locais de repouso assinalados por uma arcada, o *arcosilium* [...]. Depois de ser o Cristianismo elevado a religião oficial, ampliaram-se os pequenos locais da devoção, transformando-os em capelas

funerárias maiores, as *cellae memoriae*, que então eram providas de novas clarabóias, até surgirem finalmente construções sobre a terra, em cima deles. [...] Amplas instalações, sarcófagos talhados na rocha natural, ocasionalmente rematados por meio de portas de mármore ou ligados ao teto da rocha através de curtos pilares de ângulo, emprestam sobretudo às catacumbas sicilianas um caráter monumental, baseado na continuação de antigas tradições. Nas catacumbas romanas os sarcófagos são raros e de execução simples (Leicht, 1965, p. 292-293).

Cemitério: (lat. *Coemiterium*, gr. *Koimêtêrion*, lugar onde se dorme) terreno em que se enterram ou depositam os mortos. As catacumbas foram os primeiros cemitérios dos cristãos em Roma. É, para Lima (1994, p. 104), “um espaço disciplinado, silencioso, onde se fala baixo, de modo a que não se perturbe o sono dos mortos”. Em Portugal de fins do séc. XIX (1853-1863), os cemitérios deveriam ter uma superfície de terreno capaz de comportar um número de sepulturas pelo menos igual a cinco vezes o número de óbitos da população, de modo que a sepultura em que se deposite um cadáver não seja utilizada novamente senão 5 anos depois. O cemitério contém *capelas*, *jazigos*, arruamentos, árvores, etc. As sepulturas deveriam ter 2 m de comprimento e 65cm de largura e estarem afastadas 33 cm umas das outras, por todos os lados. Um cemitério pode ser entendido, segundo Lima (1994, p. 95), como “um sítio arqueológico, sendo os jazigos considerados como artefatos e, nessa condição, reunindo uma série de atributos”. Pode servir para a verificação de mudanças ocorridas nas formas de representação da morte na passagem entre o período imperial escravista e a república progressivamente capitalista no Brasil (Lima, 1994).

Cripta (gr. *kruptos*, oculto) subterrâneo de igreja onde outrora se enterravam os mortos. Quando surgiram as primeiras igrejas cristãs, a cripta foi conservada no subterrâneo e destinada unicamente a sepultar os membros do clero e ao depósito de alguns corpos de santos. É realmente uma construção no subsolo, forrada por tijolos ou pedras ou escavada diretamente no solo. Localiza-se nas partes mais inferiores das igrejas, contendo corpos de clérigos ou civis importantes ou mesmo relíquias (p.ex. Cripta dos padres franciscanos na nave central da Igreja/convento de São Francisco em João Pessoa, AL).

Ossário (lat. *ossuarius*) ou *ossuário*, *ossaria*, é um depósito de ossos humanos, particularmente junto aos campos de batalhas; lugar onde se guardam ossos. Outrora, todos os cemitérios possuíam um ossuário. Quando o cemitério cercava a igreja, o ossuário ficava habitualmente instalado entre os contrafortes das naves. Algumas vezes consistia em uma pequena edificação, independente. Nos claustros, o ossuário ficava situado na galeria encostada à igreja; compunha-se de uma espécie de armários onde se colocavam os ossos. Por vezes esses redutos eram fechados e, ao consertar as paredes de antigas igrejas, encontravam-se esses nichos. Entende-se como um dos 3 tipos de sepultura ou jazigo definidos por Lima (1994):

[...] por ossário entende-se o jazigo onde foram realizados um ou mais sepultamentos secundários, ou seja, onde foram dispostos os ossos desarticulados de um ou mais indivíduos, após o processo da sua decomposição, normalmente em urnas.

Do ponto de vista da forma, essas sepulturas são estreitas e altas, não comportando o corpo humano em posição distendida (LIMA, 1994, p. 96).

Mausoléu (de *Mausolo*, n.p.) sepulcro suntuoso. É uma categoria de *jazigo* ou *sepultura*, assim definido por Lima (1994):

[...] por mausoléu entende-se uma terceira categoria (além de túmulo e ossário), híbrida, que comporta tanto sepultamentos primários quanto secundários, em caixões e em urnas, de vários indivíduos, pertencentes a uma mesma família, grupo, organização ou entidade civil ou religiosa. Do ponto de vista da forma, trata-se de uma edificação de grande porte, de caráter monumental, suntuosa. Duas subcategorias foram reconhecidas entre os mausoléus: as capelas, caso em que essas edificações apresentam uma arquitetura eminentemente religiosa, cristã, reproduzindo uma pequena igreja, e os monumentos, onde inexisteste este tipo de vinculação (Lima, 1994, p. 96).

Mosteiro (lat. *monasterium*) habitação de monjes ou monjas. No plural: mosteiros ou arcos, abóbadas ou pequenas *capelas*, onde se sepultam os defuntos. É lugar religioso dos vivos que também comporta os mortos em espaços funerários apropriados.

Claustro: (lat. *claustrum*) pátio interior, descoberto e rodeado geralmente de arcarias (arcadas, arcos), nos conventos ou nos edifícios que o foram. O pátio rodeado por quatro pórticos nas antigas basílicas era o *atrium*, origem do claustro nos mostérios medievais. No centro desse átrio, um canthare, ou fonte de ablação, origem da pia de água benta era construído (BAZIN, 1961, p. 113).

Este conjunto de termos foi estabelecido durante a pesquisa arqueológica no Mosteiro da Luz, em São Paulo, entre 2008 e 2010, dentro do Projeto Programa Arqueologia Funerária no Mosteiro da Luz, Processo IPHAN nº 01506000416-08-65, cujo objetivo geral foi produzir conhecimento sobre as práticas funerárias da Ordem das Concepcionistas do Mosteiro da Luz, fundado em 1774 por Antonio de Sant`Anna Galvão¹, assim como sobre a história e a memória dos espaços sagrados arquiteturais de São Paulo (SILVA et al, 2008). O Projeto foi coordenado pelo MAE-USP, em parceria com o Museu de Arte Sacra de São Paulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As áreas ou temas tratados predominantemente neste artigo revisam a importância da pluralidade dos estudos das práticas funerárias, que ocorrem sob a perspectiva dos estudos mortuários, da arqueologia social dos remanescentes funerários, da bioarqueologia social e da arqueologia da morte, todas reunidas em torno de produções científicas internacionais que têm influenciado as pesquisas no Brasil. Não exemplificamos especificamente com a bibliografia produzida no Brasil, mas com algumas das mais representativas autoras e autores anglo-saxões. Esta exemplificação discutida será objeto de um artigo próximo. A configuração dos sítios de interesse da arqueologia das práticas mortuárias e suas pluralidades na produção de conhecimento arqueológico sobre o comportamento do *Homo sapiens* diante da morte natural de indivíduos dessa espécie, está inclusa mais especificamente na Lei Federal n. 3.924 de 1961, ainda em vigor no Brasil. Ainda

resta a demanda pelos estudos dessa natureza, especialmente aqueles que possam resultar na produção de conhecimento científico que estabeleça diálogos e trocas com pesquisadores internacionais, cujos avanços nesses mesmos estudos estão muito acelerados em relação ao Brasil, revisitando novos problemas e diretrizes de pesquisa a cada ano, com a inclusão de temas inesperados e de maior influência na melhoria das demandas sociais de caráter arqueológico e antropológico. O descaso frenético em relação à presença de remanescentes ósseos humanos (denominados no senso comum ou pseudoarqueológico de “ossadas”), na maioria das vezes descobertos fortuitamente, caracteriza a ideologia da *vida eterna* e da *juventude a qualquer custo* ao eterno *consumidor* (não-cidadão), elementos utópicos propagados nos meios midiáticos de comunicação e na área médica ou por via religiosa, associados a ingerência dos órgãos públicos e ausência de políticas de pesquisa básica e aplicada nessa área da arqueologia, tem resultado na destruição sistemática de sítios arqueológicos pelo Brasil. Entre eles destacam-se os sítios com espaços funerários e não funerários em Pernambuco (Furna do Negro, em Jataúba; sítio Pilar, no bairro do Recife).

Verifica-se que os estudos mortuários têm se desenvolvido, de modo geral, na perspectiva *underground* nos sítios pré-históricos e *aboveground* nos sítios arqueológicos históricos, observando-se a abordagem bioarqueológica no primeiro caso e a da história da morte e da arte no segundo. No segundo caso, as análises bioarqueológicas, quando ocorrem, ficam restritas a alguns itens do perfil biológico para fins de análise demográfica e epidemiológica.

Os espaços mortuários nas paisagens transformadas pelos homens, na perspectiva da arqueologia da morte e das análises mortuárias, podem resultar em pelo menos três tipos de variações: os espaços funerários, os espaços não funerários e os espaços simultaneamente funerários e não funerários, conforme a prevalência de ações do ciclo funerário ou de outros ciclos ou subsistemas socioculturais (descarte, higienização, saúde pública, guerras e conflitos, violência e agressividade). Estas hipóteses de explicação do espaço mortuário e as suas variações no registro arqueológicos demandam atenção pelos especialistas em *Bioarchaeology* e em Análises mortuárias ou Arqueologia da Morte.

36

Ainda, a sugestão e discussão crítica de um glossário de terminologias funerárias é bem vindo, necessitando de um acréscimo de termos/descriptores aplicáveis aos espaços funerários e não funerários pré-históricos, conforme as sugestões de Sprague (2005) e Silva (2005-2006).

O patrimônio cultural no Brasil inclui uma variada tipologia de objetos de cultura material, estruturas de diversos partidos arquitetônicos e, nesse contexto, os remanescentes humanos constituem sempre um problema a ser solucionado. Como biofato/ecofato, o corpo humano é sempre reivindicado por pesquisadores de disciplinas onde o estudo do corpo é mais tradicionalmente e socialmente aceito, como as ciências médicas e biológicas. Entretanto, na Arqueologia, quer como subdisciplina da Antropologia, da História ou disciplina independente,

possui espaço garantido para o estudo do corpo e das práticas de tratamento do mesmo, quer *antemortem* como *pos-tmortem*, considerando que os sepultamentos (artefatos) e os antigos cemitérios (contextos desses artefatos) constituem, evidentemente, objeto de interesse da Arqueologia moderna, conforme a própria legislação ou demandas sociais ainda represadas por tabus e a negação constante de um fenômeno naturalmente humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGARWAL, Sabrina C.; GLENCROSS, Bonnie A. (eds.) *Social Bioarchaeology*. London: Wiley-Blackwell, 2011.

ARIÈS, P. *História da Morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

ARIÈS, P. *O Homem diante da Morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, v. 1, 1981.

BARRET, Autumn R.; BLAKEY, Michael L. Life histories of enslaved africans in colonial New York. A Bioarchaeological study of the New York African Burial Ground. In. AGARWAL, Sabrina C.; GLENCROSS, Bonnie A. (eds.) *Social Bioarchaeology*. London: Wiley-Blackwell, p. 212-251, 2011.

BARTEL, Brad. A historical review of ethnological and archaeological analyses of mortuary practice. *Journal of Anthropological Archaeology*. v.1, p. 32-58, 1982.

BASTOS, Rossano Lopes; SOUZA, Marise Campos de. (orgs.) *Normas de gerenciamento do patrimônio arqueológico*. IPHAN. 3 ed. São Paulo: Superintendência Regional do IPHAN, 2010.

BAZIN, G. *Historia del Arte* (de la prehistoria a nuestros dias). 2. ed. Barcelona: Ediciones Omega, 1961.

BLAKELY, Robert; BECK, Lane A. Trace elements, nutritional status, and social stratification at Etowah, Georgia. *Annals of the New York Academy of Sciences*. v. 376, p. 417-431, 1981.

BINFORD, Lewis R. Mortuary practices: their study and their potential. In . BROWN, James A. Approaches to the social dimensions of mortuary practices. *SAA Memoirs*. Washington D.C. n.25, p. 6-29, 1971.

BROWN, James A. (ed.) Approaches to the social dimensions of mortuary practices. *SAA Memoirs*. n. 25, Washington D.C., 1971.

BUSHNELL, D. I. Native cemeteries and forms of burial east of the Mississippi. *Bureau of American Ethnology*. Washington D.C, n.71, 1920.

CHAPMAN, Robert; KINNES, Ian; RANDSBORG, Klavs. (eds.) *The Archaeology of Death*. London: Cambridge University Press, 2009 (1981).

CHAPMAN, Robert; RANDSBORG, Klavs. Approaches to the archaeology of death. In. CHAPMAN, Robert; KINNES, Ian; RANDSBORG, Klavs. (eds.) *The Archaeology of Death*. London: Cambridge University Press, p. 1-24, 2009 (1981).

CHILDE, Vere Gordon. The chambered Cairns of Rousay. *Antiquaries Journal*, v.22, p. 138-142, 1942.

_____. Directional changes in funerary practices during 50,000 years. *Man*. v.4, p. 13-19, 1945.

CORRÊA, R A (org.) *Dicionário escolar Francês-Português Português-Francês*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artes Gráficas Gomes de Souza, 1961.

DUDAY, Henri. *The Archaeology of the Dead. Lectures in Archaeoethanatology*. Oxford: Oxbow Books, 2009.

_____. L'archéothanatologie ou l'archéologie de la mort (Archaeoethanatology or the Archaeology of Death). In. GOWLAND, Rebecca; KNÜSEL, Christopher. (eds.) *Social Archaeology of Funerary Remains*. Oxford: Oxbow Books, p. 30-56, 2009.

DOWSON, T. (ed.) Why Queer Archaeology? An Introduction. *World Archaeology*.

v.32, p. 161-165, 2000.

FERNANDES, F. *Dicionário de sinônimos e antônimos*. Porto Alegre: Livraria do Globo S.A, 1944.

FIRMINO, N. *Dicionário Latino-Português*. Lisboa: Acadêmica de D. Felipa, 1945.

GELLER, P. L. Skeletal analysis and theoretical complications. *World Archaeology*. v.37, p. 597-609, 2005.

GOLDSTEIN, Lynne. One-dimensional archaeology and multi-dimensional people: spatial organization and mortuary analysis. In. CHAPMAN, R.; KINNES, I.; RANDSBORG, K. (eds.) *The Archaeology of death*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 53-69, 1981.

GLENCROSS, Bonnie A. Skeletal injury across the life course. Towards understanding social agency. In. AGARWAL, Sabrina C.; GLENCROSS, Bonnie A. (eds.) *Social Bioarchaeology*. London: Wiley-Blackwell, p. 390-409, 2011.

GOWLAND, Rebecca; KNÜSEL, Christopher. (eds.) *Social Archaeology of Funerary Remains*. Oxford: Oxbow Books, 2009.

GNOLI, G.; VERNANT, J P. (dir.) *La mort, les morts dans les sociétés anciennes*. Cambridge: Cambridge University Press/Paris: Eds de la Maison des Sciences de l'Homme, 1982.

GRAVE, J; NETTO, C. (orgs.) *Lello Universal – Novo Dicionario Encyclopedico Luso-brasileiro*. Porto: Lello & Irmão Editores, v. 1-4, s.d.

GUEDES, S P L de C. *Atitudes perante a morte em São Paulo (séculos XVII a XIX)*. Dissertação (mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 1986.

HALCROW, Siân E.; TAYLES, Nancy. The bioarchaeological investigation of children and childhood. In. AGARWAL, Sabrina C.; GLENCROSS, Bonnie A. (eds.) *Social Bioarchaeology*. London: Wiley-Blackwell, p. 333-360, 2011.

HANNON, T. J. The cemetery: a field of artifacts. In. WARD, A E (ed.) *Forgotten places and things: archaeological perspectives on American History*. Contributions to

Anthropological Studies. Albuquerque: Center for Anthropological Studies. n. 6, 1983.

HOLLIMON, Sandra E. Sex and Gender in Bioarchaeological Research: theory, method, and interpretation. In. AGARWAL, Sabrina C.; GLENCROSS, Bonnie A. (eds.) *Social Bioarchaeology*. London: Wiley-Blackwell, p. 149-182, 2011.

HOULBROOKE, R (ed.) *Death, ritual and bereavement*. London: Routledge /Social History Society, 1989.

HUMPHREYS, S. C.; KING, Helen (eds.) *Mortality and Imortality: the anthropology and archaeology of death*. London: Academic Press, 1981.

HUNTINGTON, R.; METCALF, P. *Celebrations of death: the anthropology of mortuary ritual*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

JACKES, Mary. Representativeness and bias in archaeological skeletal samples. In. AGARWAL, Sabrina C.; GLENCROSS, Bonnie A. (eds.) *Social Bioarchaeology*. London: Wiley-Blackwell, p. 107-146, 2011.

KJOLBYE-BIDDLE, B. A cathedral cemetery: problems in excavation and interpretation. *World Archaeology*. n.7, p. 87-108, 1976.

KNUDSON, K. J.; STOJANOWSKI, C. M. New directions in Bioarchaeology: recent contributions to the study of human social identities. *Journal of Archaeological Research*. v. 16, p. 397-432, 2008.

KROEBER, Alfred L. Disposal of the dead. *American Anthropologist*. v.29, p. 308-315, 1927.

LOUREIRO, M A S. *Origem histórica dos cemitérios*. São Paulo: Secretaria de Serviços e Obras, 1977.

LUBBOCK, John. *The origin of civilization and the primitive condition of man*. London: Longman Green, 1882.

_____. *Prehistoric times*. London: Williams and Norgate, 1900.

MACLEOD, W. C. Certain mortuary aspects of Northwest Coast culture. *American*

Anthropologist. v. 27, p. 122-148, 1925.

MARTINS, J de S. (org.) *A morte e os mortos na sociedade brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1983.

MIGNON, Molly Raymond. *Dictionary of Concepts in Archaeology*. London: Greenwood Press, p. 204-209, 1993.

O'SHEA, John. Social configurations and the archaeological study of mortuary practices: a case study. In. CHAPMAN, Robert; KINNES, Ian; RANDSBORG, Klavs. (eds.) *The Archaeology of Death*. London: Cambridge University Press, p. 39-52, 2009 (1981).

PARKER-PEARSON, Michael. Mortuary practices, society, and ideology: an ethnoarchaeological study. In. HODDER, I. (ed.) *Symbolic and structural archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 99-113, 1982.

PETTITT, Paul. *The Palaeolithic Origins of Human Burial*. London: Routledge, 2011.

PY-DANIEL, A. R. *Os contextos funerários na arqueologia da Calha do Rio Amazonas*. Tese de doutorado. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2015.

RAGON, M. *L'espace de la mort: essai sur l'architecture, la décoration et l'urbanisme funéraire*. Paris: Albin Michel, 1981.

REIS, J J. *A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIBEIRO, Marily Simões. *Arqueologia das Práticas Mortuárias: uma abordagem historiográfica*. São Paulo: Alameda, 2007.

ROBERTS, Charlotte. The bioarchaeology of leprosy and tuberculosis. A comparative study of perceptions, stigma, diagnosis, and treatment. In. AGARWAL, Sabrina C.; GLENCROSS, Bonnie A. (eds.) *Social Bioarchaeology*. London: Wiley-Blackwell, p. 252-281, 2011.

SAXE, Arthur. A. *Social dimensions of mortuary practices*. Ph. D. dissertation. Michigan: University of Michigan, 1970.

SCHIFFER, Michael B. *Formation processes of the archaeological record*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1987.

SILVA, S. F. S. M. da. Terminologias e classificações usadas para descrever sepultamentos humanos: exemplos e sugestões. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo: MAE-USP, n.15-16, p.113-138, 2005-2006.

SILVA, S. F. S. M. da; FONTES, L. R de O.; FUZINATO, D. V. *Relatório preliminar do plano de arqueografia das deposições funerárias do Mosteiro da Luz, São Paulo (janeiro a dezembro de 2008)*. São Paulo, MAE-USP/MAS-SP/IPHAN, 2008.(não publicado).

SILVA, S. F. S. M. da. *Arqueologia Funerária: corpo, cultura e sociedade*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

SOFAER, Joanna. Towards a social bioarchaeology of age. In. AGARWAL, Sabrina C.; GLENCROSS, Bonnie A. (eds.) *Social Bioarchaeology*. London: Wiley-Blackwell, p. 285-311, 2011.

SOUZA, Camila Diogo de. As práticas mortuárias na região da Argólida entre os séculos XI e VIII a.C. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo*. Suplemento n. 13, 2011.

SPRAGUE, R. *Burial Terminology*. A guide for researchers. New York: Altamira Press, 2005.

STRAUSS, A. M. *As práticas mortuárias dos caçadores-coletores pré-históricos da região de Lagoa Santa (MG): um estudo de caso do sítio arqueológico "Lapa do Santo"*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Instituto de Biociências da USP, 2010.

TAINTER, Joseph A. Social inferences and mortuary practices: an experiment in numerical classification. *World Archaeology*. v.7, p. 1-15, 1975.

_____. Mortuary practices and the study of prehistoric social systems. *Advances in Archaeological Method and Theory*. v.1, p. 105-141, 1978.

VOVELLE, M. *La mort et l'Occident*. Paris: Gallimard, 1983.

WEISS-KREJCI, Estella. The formation of mortuary deposits: implications for understanding mortuary behavior of past populations. In. AGARWAL, Sabrina C.; GLENCROSS, Bonnie A. (eds.) *Social Bioarchaeology*. London: Wiley-Blackwell, p. 68-106, 2011.

WHITE, L. A.; DILLINGHAM, B. *O conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

YARROW, H. C. A further contribution to the study of mortuary customs of the North American Indians. *1st Annual Report of the Bureau of American Ethnology*. Washington D. C., p. 89-206, 1891.

ZAKRZEWSKI, Sonia. Population migration, variation, and identity. An islamic population in Iberia. In. AGARWAL, Sabrina C.; GLENCROSS, Bonnie A. (eds.) *Social Bioarchaeology*. London: Wiley-Blackwell, p. 183-211, 2011.